

RESULTADO DOS RECURSOS DO GABARITO E PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
55	13574	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DE QUESTÃO	A alternativa "A" está incorreta pois: Interna e externa é uma classificação quanto ao âmbito de movimentação. A alternativa "B" está incorreta pois: Recebida ou expedida é uma classificação quanto a origem. A alternativa "D" está incorreta pois: Não existe essa classificação quanto a forma de controle. A alternativa "E" está incorreta pois: Não existe essa classificação quanto ao conteúdo. A alternativa "C" está correta pois: <i>À natureza, que pode ser oficial ou particular. Particular é aquela que apresenta uma comunicação informal, mantida entre órgãos ou entidades da Administração Pública. Desta forma o recurso está indeferido.</i>

CONHECIMENTOS GERAIS - NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
10	10565	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DE QUESTÃO	Primeiramente, informo que o Complemento Nominal (CN) não é o único termo que traz preposição de forma obrigatória como o candidato menciona em seu pleito. O Objeto Indireto também o faz. Contudo, há outros termos que também <i>podem</i> trazer uma preposição, entre esses o Objeto Direto Preposicionado e o Adjunto Adnominal, sob condições enunciativas que operem tal necessidade. No enunciado: "...Paul Broca dissecou o cérebro de um paciente com distúrbios na fala que tinha acabado de morrer...", o termo sublinhado, morfologicamente, comporta-se, ocupa o espaço, a valência de um adjetivo. Observe como se quem disse esse enunciado estivesse dizendo mais ou menos isto: um paciente <i>doente</i> ; um paciente <i>que tem dificuldade</i> na fala; um paciente <i>com limitações</i> ; um paciente <i>com dificuldades</i> de fala. Viu como, em todas as hipóteses de substituição (valência), o substituto que fica no lugar tem valor morfológico de adjetivo? Logo, se o é adjetivo, ou o tem valor de tal, é Adjunto Adnominal. E o que você não sabia é que o AA também pode vir precedido por preposição.

				Inclusive neste caso, além dessa natureza adjetiva, tem também uma natureza possessiva, como se se dissesse que o distúrbio é dele, do paciente, <i>paciente com distúrbio</i> ; e como você também deveria saber, os pronomes adjetivos possessivos são catalogados pela Gramática Descritiva como Adjuntos Adnominais.
--	--	--	--	--

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL SUPERIOR

CONTADOR				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
53	13314	INDEFERIDO	MUDANÇA DE GABARITO	<p>DE ACORDO COM O MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO MCASP – VERSÃO 7º : fls. 34</p> <p>2.7. PUBLICIDADE Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.</p> <p>2.8. TRANSPARÊNCIA Aplica-se também ao orçamento público, pelas disposições contidas nos arts. 48, 48-A e 49 da LRF, que determinam ao governo, por exemplo: divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.</p> <p style="text-align: right;">O gabarito está de acordo com o MCASP não havendo duplicidade de resposta.</p>
FARMACÊUTICO - FISCAL				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
45	10565	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DE QUESTÃO	Realmente a Resolução nº 11 de 22/03/2011 no seu artigo 21, parágrafo segundo, fica estabelecido a validade do receituário de Talidomida em 20 dias, porém não consta no conteúdo programático deste referido concurso para Farmacêutico-fiscal, a resolução nº 11 de 22/03/2011.
49	10565	DEFERIDO	ANULAÇÃO DE QUESTÃO	A questão foi embasada na resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 492 de 26/11/2008, porém realmente não foi especificado que era nesta resolução que a questão foi embasada. Sendo assim o candidato está correto ao afirmar que a resolução nº 568/2012 do CFF alterou os dispositivos da resolução 492/2008 anulando assim a questão.
50	10565			Na alternativa A, afirma-se que o fracionamento pode ser efetuado na ausência do farmacêutico, (alternativa incorreta) isso pode ser confirmado no Art. 14. Da resolução nº80/2006 onde diz que “O fracionamento somente será efetuado após a apresentação da prescrição pelo consumidor e usuário de medicamentos, na quantidade exata de

				unidades farmacotécnicas prescritas, seguido da dispensação imediata do medicamento, sendo vedado realizá-lo previamente. ”
--	--	--	--	---